

Título: Passado, memória e museu: a existência enquanto livre narrativa¹

Resumo

Trata-se de investigar o que é memória na filosofia de Sartre em três aspectos: a História (passado enquanto 'memória'), a Corporeidade ('memória' incorporada, efetivamente) e os 'objetos' (museu, istos 'memoráveis'), lugares onde o ser-para-si situa-se e se move. A consciência intencional não tem subterfúgios, é transparente para si mesma; mas ela existe no terreno movediço da corporeidade, sua facticidade de ser. Não há interioridade, donde memória em Sartre seja a perpétua reconstrução do passado; assim, como contornar o fato de que temos 'objetos' de nosso passado? Ou que nosso corpo carregue marcas e cicatrizes (*Ethos, habitus*)? Ou que a história humana se imponha como humana história? Repetindo o duplo homem-mundo, siameses inseparáveis sob pena de extermínio de ambos (método fenomenológico), também a memória em Sartre se faz por dois meios que, distintos, não se separam jamais: a inserção à fórceps da memória dos homens no plano da 'aventura individual'; as livres escolhas que, coadunadas no ser-para-outro, realizam a memória de cada homem e mulher enquanto 'história humana'. Esse parece ser o caminho mais próprio para investigar a alienação social da liberdade, que instaurada 'no passado' pelo para-si, o acorrenta; assim, se vem do passado a voz dissonante de controle e limitação da liberdade, é em vista do futuro que a memória será, efetivamente, 'memorável': homens e mulheres que fazem a história, e se reconhecem nela (livres).

Palavras-chave: Sartre, Memória, História.

Past, memory and museum: existence as a free narrative

Abstract: The aim of this research is investigating 'memory' in Sartre's philosophy, in three aspects: History (past), Corporeality ('memory', effectively) and 'personal objects' (museum, things), 'places where' being-for-itself is located and moves. Intentional consciousness has no 'subterfuge', it is transparent to itself; but it exists on the irregular ground of corporeity, the facticity of being. There is no interiority, thus memory in Sartre is the perpetual reconstruction of the past; So, how do we get around the fact that we have 'objects' from our past? Or that our body carries marks and scars? Or that human history imposes itself as human history? Repeating the double man-world, inseparable Siamese twins under consequence of both extermination, memory in Sartre is also made by two distinct means, never separated: the insertion 'by forceps' of the memory 'of men' in the plane of 'individual adventure'; the free choices that, combined in being-for-another, realize the memory of each man and woman as 'human history'. This seems to be the most appropriate way to investigate the social alienation of freedom, which, established 'in the past' by the for-itself, and chains it; thus, if the dissonant voice of control and limitation of freedom comes from the past, it is in view of the future that memory will be, effectively, 'memorable': men and women who make history, and recognize themselves in it (free).

Key-words: Sartre, Memory, History

¹ Projeto apresentado à UFSCar, prof. Dr. Luiz Damon Santos Moutinho (3/8/2013 a 2/8/2024).
Autor: Luciano Donizetti da Silva, UFJF.

Introdução

Memória e História – a questão de *método*

As causas de todas as mudanças sociais e de todas as revoluções políticas, não devemos procurar na cabeça dos homens, em seu entendimento progressivo da verdade e da justiça eternas, mas na vida material da sociedade, no encaminhamento da produção e das trocas.

Marx, *Crítica da Economia política*, prefácio (1859)

História e memória são áreas distintas da investigação humana: a primeira visa analisar fenômenos passados, a ação humana espaço-temporal numa acepção científica; a segunda, ainda que também diretamente ligada ao passado, visa reconstruí-lo, sem metodologia, análise crítica ou apreciação pública. Memória, na acepção aqui proposta, não tem que ver necessariamente com ‘lembrança’, objeto de pesquisas ligadas à psicologia e à pedagogia; ou seja, não se trata de fazer historiografia ou avaliar a capacidade humana de recordação do passado, pois a indagação filosófica de Sartre coloca-se da perspectiva da existência: há sim diálogo entre memória e história, elas são fonte uma para outra, mas não se misturam. A memória do povo judeu, por exemplo, e seus grandes feitos míticos como a fuga do Egito e a retomada da terra prometida, não coincidem com a história do mesmo povo, que rechaça feitos *divinos* ou aparatos meramente *ideológicos* (religião) a partir de evidências arqueológicas e documentais; isso porque, enquanto trabalho intelectual, essa ciência necessariamente obedece a um método, jamais admitindo a intrusão de crenças por memoráveis que sejam.² As memórias, por sua vez, são constituídas em jogos de poder e disputas discursivas que envolvem no limite o uso da violência e extermínio ou aculturação-incorporação dos adversários, donde caiba ao historiador desfazer mitos históricos ao invés de propagá-los.

A memória prescinde da análise crítica do passado, enquanto a história o exige; ou, o que dá no mesmo, ela é *crítica* do presente em vista de *seu* passado. Em qualquer uma de suas acepções a história tem suas ferramentas de estudo que a colocam no rol das ciências. Assim, embora a memória também seja o (re)conhecimento do passado no presente, não há nesse âmbito qualquer preocupação crítica: não interessam os jogos de poder nem os interesses que movem a criação e perpetuação de memórias, pois elas terão

² Além de certamente não terem feito qualquer incursão pelo deserto, ou terem atravessado um mar seguindo Moisés para, depois, servirem a Davi e Salomão, o povo judeu historicamente se formou com qualquer outro povo: muita luta e disputa, com vencedores e perdedores entre várias etnias que o fundamentalismo ainda tenta negar. Sobre isso ver: SAND, 2008.

– para aqueles que as cultivam – a insuperável resistência de uma potência mítica, quase mística, de algo que pode nunca ter sido experimentado, mas que leva consigo a verdade mais sólida da tradição, da repetição e da transmissão via normatividade. Assim, a memória lida de modo enviesado com o que se passou, na medida em que comporta julgamentos morais, que afirma fatos inventados e nega situações que se impõem de modo evidente (por seus resquícios); ainda, há um claro processo de demonização ou de glorificação do passado, e tudo isso com vistas a justificar o presente em sua estruturação, ou mesmo explicar possíveis mazelas sociais que grupos dominantes pretendem perpetuar. Enfim, a memória tem por tarefa reconstruir o passado de modo a justificar o presente, no intuito de o explicar a seu modo; e isso serve tanto para a manutenção de privilégios como poderia servir de motivação para a revolução (alteração nas estruturas sociais).

O historiador jamais será neutro, isso é um fato; mas, diferentemente do homem de memórias, ele fará uso de métodos e treinamentos que visam lidar com o fato histórico sem nenhuma afetação ou emotividade, sendo essas inclusive objeto de seu estudo, enquanto aquele cultiva o elemento afetivo e impensado para falar de seu passado. É da normatividade presente, sem qualquer respaldo técnico ou teórico, que as memórias são construídas e transmitidas, fazendo com que o passado – alegórico, por certo – seja revivido em sua grandiosidade flopanete, imaginada por seus entusiastas. Desse modo as lembranças individuais que se somam na comunidade de memória são, efetivamente, constituídas no processo de socialização e advindas de disputas e conflitos situados (sentido original do Ser-para-outro). A memória, portanto, revela-se multifacetada: ela é vivida como pessoal, num tipo de identidade que não apenas faz com que esse passado seja ‘meu’, mas também que seja o único plausível e verdadeiro; a memória não admite o contradito, mesmo que isso exija negar ou contradizer a história. E mais, a memória não exige necessariamente a experiência do passado, visto que ela pode ser transmitida indiretamente – bastando, para tanto, a adesão do indivíduo à comunidade de memória ou seu adestramento, desde a infância, em valores e crenças dessa ordem.

O homem de memórias acredita nos seus, naqueles que lhe são próximos e lhe herdaram lembranças feitas memórias; concomitantemente, recebe dali – de seu ‘seio existencial’ – as garantias de veracidade e univocidade desse sentido do passado. A comunidade de memória exclui, além do grupo opositor, a ciência mesma: é em razão da memória dos ditadores e seus comparsas de então que a história do Golpe de 1964 continua contradita, afinal já se vão quatro décadas dessa ‘página triste’ de nosso passado

recente, e a fantasia de um país ditatorial e feliz, mesmo ante a Comissão da Verdade, resiste entrincheirada na memória de pessoas idosas, e também daqueles que nasceram depois de 1985 e fazem parte desses grupos.³ Vale ressaltar, ainda, memórias esquecidas, como a ‘Guerra de Canudos’ (Bahia, 1896) ou a ‘Revolta da Chibata’ (Rio de Janeiro, 1910) que, somente no período da República, somam-se a mais de outras cinquenta ocorrências das mais variadas (levante, intentona, golpe, revolução, insurreição, sedição e guerra) e de níveis de gravidade variados, todas presentes nos anais de história;⁴ ainda, não se trata apenas de memórias que se fazem em embates pontuais, como no caso 1964, mas também da Memória Nacional, que é construída sob os escombros de tentativas revolucionárias que são abafadas pela figura dos supostos heróis nacionais e seus grandes feitos (bandeirantes, militares, políticos e religiosos).

A pertença social matiza de modo severo aquilo que vai ser a memória individual, a ponto de nem mesmo a situação (classe, por exemplo) obrigar a tomada de consciência, seja dos traumas coletivos que compõem a nação, seja das dissonâncias de interpretação e narrativa de fatos históricos situados; ‘fazer parte’ do grupo exige partilhar determinado passado: descendentes de quilombolas mantêm a memória de sua luta, enquanto fazendeiros recorrem a Deus e Pátria como bandeira unificadora da defesa de suas propriedades e condição social de mando. O conflito social marca a memória de modo incontornável, fazendo-a tanto inspiração e motivadora de possibilidade e valores ‘presentes’ ou como o bastião de defesa e conservação dos modelos passados. O horizonte de liberdade proposto pela filosofia de Sartre pretende colocar em xeque toda tese determinista da história, seja qual for sua modalidade. Assim, a memória subtende duas acepções que, embora complementares, ligam-se a aspectos distintos da existência; ou seja, esse termo pode significar tanto aquela faculdade individual de se lembrar de estados de consciência passados (conservar memórias de algum modo) como, numa acepção coletiva, remete ao *acervo* histórico e cultural de um povo ou nação; e, claro, comporta o

³ A história recente do Brasil apresenta um exemplo dessa ordem: a atual controvérsia sobre o Golpe Militar de 1964. De um lado a história mostra que não havia a famigerada ‘ameaça comunista’, falsa justificativa militar para a tomada violenta do poder – Golpe de Estado, portanto, que interrompeu o fluir democrático do país, seguido de violência estatal contra a população, além de muita corrupção e violência; de outro, evidentemente pessoas ligadas às forças militares e que se beneficiaram de muitos modos do regime de exceção, afirmam sua memória de um Brasil que ‘foi salvo’ graças à Revolução de 1964 (muda até o nome), que teria acabado com a corrupção e a criminalidade, levando a um tempo de bonança, prosperidade e paz. Memória e história se contradizem; a respeito ver: FICO, 2004.

⁴ Das ocorrências no Brasil República até 1930 ver CARONE, 1969; para uma visão de todo o período indico JANOTTI, 1999.

embate de ‘memórias’, cultivadas por grupos sociais divergentes a respeito do passado comum com vistas à manutenção ou superação de algum estado de coisas.

Assim, conforme pretende Sartre, trata-se inicialmente de separar esses dois planos, o que indica uma dificuldade primeira: são separáveis de direito, mas nunca de fato. Não há como, senão abstratamente, falar de memória pessoal que não englobe aspectos da memória nacional ou grupal, e vice-versa. Repete-se aqui a mesma dicotomia aparente entre *fazer a história e não se reconhecer nela*: há um descolamento, propositado ou não, da experiência vivida para fora da história, fazendo-a divergir de ‘memórias’; mais, separa-se a *força das instituições* da ação, sempre individual, e se tem, em suma, o erro de alienar homem e mulher de sua situação, ou de sua corporeidade ou, mesmo, do seu lugar de agente histórico: mesmo na sua ignorância homens e mulheres fazem sim a história. E isso, desde a ontologia fenomenológica, que exige ‘assunção de ser’ e, na sua radicalidade, remete a ‘escolher o próprio nascimento’: a memória do que fui será mediada por outros, aqueles que ‘me conheceram na primeira infância’. E, mesmo assim, sou responsável por ela; e responsabilizado.

O passado assumido exige, no processo de ‘crescimento’ (fases: infância, adolescência, juventude etc.) de cada homem ou mulher, concomitantemente, a assunção da memória e da história ‘de um grupo’ (mesmo que elas estejam em discordância). Nas palavras de Sartre, “esse feto *era* eu, representa o limite de fato de minha memória, mas não o limite de direito de meu passado” (SARTRE, 2011, p. 195). No embate dessas instâncias, claro, algumas pessoas estarão restritas ao memorial que lhes é oferecido; outras, via educação (formal ou não), saberão da história: o homem sabe de si em sua intencionalidade, e de sua consciência intencional sabe do outro e do mundo; e mais, ‘sabe-se’ a partir do outro (Ser-Para-Outro, olhar), e tem ‘fora de si’ a possibilidade única de certificação do ser que ele mesmo é. Ora, o que ‘foi’ cada homem e cada mulher no início de seu ser se aproxima de ‘nada’, pois nada sabe e nada entende, resumindo-se a possíveis futuros; todavia, afirma Sartre, a condição infantil (bebê) assemelha-se a uma modalidade do em-si (como também o é o cadáver). Assim, entre a coincidência absoluta consigo do homem-morto e seu inusitado início (brotamento involuntário de ser), tem-se um enorme percurso: o ‘fazer-se’ homem-e-mulher-no-mundo, aferindo ou renegando memórias, rebelando-se ou submetendo-se, conservando ou criando valores.

Parece forçoso pensar que o feto seja o ‘limite de fato da memória’, afinal o que se pode chamar assim, no sentido de ‘lembranças’, inicia-se entre três e quatro anos de idade; antes, de modo mais generoso, acreditou-se na possibilidade de memórias

profundas (por volta de um ano), o que se mostrou falso, como também questionáveis são as pesquisas que afirmam a possibilidade de lembranças desde os dois anos e meio de idade. E, entenda-se por ‘consensual’ o período ‘normal’ de formação das primeiras memórias, um saber que somente poderia estar ‘fora’ da consciência infantil; e essas memórias virão, é certo, acompanhadas de determinado saber, que é também incutido desde a infância; afinal, “o Saber está por toda parte e condiciona tudo, mesmo a memória: em resumo, a memória intelectual pressupõe o saber - e que será esse saber, se o entendemos como fato presente, senão uma memória intelectual? (SARTRE, 2011, pp. 197-8). A questão se amplia, pois parece claro que memórias intelectuais podem (ou deveriam) buscar elementos materiais de sua verdade (documentos, objetos arqueológicos etc.), algo que celebraria sua paz com a história em seu aspecto ‘crítico’ (científico); ou, nos termos da ontologia fenomenológica, a história lida com o em-si (passado) em sua objetividade parcial, enquanto investigações sobre a memória demandam lidar com algo imponderável: o ser-para-si (liberdade).

Metaforicamente, o título desse projeto busca expressar essas facetas da noção de memória na filosofia da liberdade: o ‘Passado’ liga-se diretamente à ciência histórica, mostrando-a como ‘em-si’, pois o fato histórico, ainda que aberto à interpretações e carente de neutralidade do ‘historiador’, impõe-se como ‘coisa’ a ser ‘investigada’ e ‘corroborada’ com elementos ‘materiais’ (sejam de fontes materiais ou ‘imateriais’, seja direta ou indireta – fontes históricas, enfim); ‘Memória’, por sua vez, liga-se diretamente ao modo de ‘ser-para-si’, cabendo à liberdade inerente a todo homem e toda mulher dar conta de si mesmo e do mundo onde se move (corporeidade); Museu, por fim, visa explorar justamente o caráter dúbio do ‘isto histórico’, que tanto aparece como objeto de memórias (mítica Arca da Aliança, p. ex.) como serve de ‘prova empírica’ do passado histórico (uma senzala, p. ex). Três perspectivas, por certo, de um fenômeno único: o passado, seja da humanidade, seja de um povo ou grupo, seja individual; perspectivas várias que se reúnem no único lugar possível, o presente. Afinal, se a liberdade dura ‘o tempo de uma vida’, a existência – do homem comum ou do herói – não se encerra com sua morte; ela permanece enquanto ‘memória do Outro’, somente *atrofiando-se em em-si* quando, em razão do esquecimento, ela tiver rompido “todas as suas amarras com o presente” (SARTRE, 2011, p. 663). Ora, se é assim, então partamos do presente, da literatura atual pertinente.

Estado das artes da literatura pertinente

Mas onde estava situado esse conhecimento? Apenas em sua própria consciência, que de todo modo deveria ser aniquilada em breve. E se todos os outros aceitavam a mentira imposta pelo partido, se todos os registros contavam a mesma narrativa, então a mentira entraria para a história e se tornaria verdade. ‘Quem controla o passado’, dizia o slogan do partido, ‘controla o futuro’; quem controla o presente controla o passado.

Orwell, 2021, p. 40.

Essa pesquisa parte de uma noção ampla de Memória que sim, engloba a questão de saber – paralelamente a outras teorias, contemporâneas inclusive – como pode haver memória se a consciência, intencional, não tem *interior* onde ela possa ser *guardada*. E recorrer aos duplos reflexão e pré-reflexão (consciência posicional e não posicional de si, ou tética e não tética) ajuda a responder a primeira parte da pergunta: a memória *pessoal*; por certo, haverá uma memória dessa ordem para cada uma das existências, o que encaminha de imediato à segunda parte da questão: como se articulam todas as memórias pessoais em relação à memória ‘nacional’ ou ‘humana’? Ainda, tentando evitar a circularidade quase incontornável, formulo aqui a seguinte pergunta: é o indivíduo, que com suas memórias compõem a memória coletiva, ou é essa que define seus modos de ser-no-mundo? É possível, via liberdade e distensão temporal de ser, lançar luzes sobre o fenômeno da contradição entre memória e história?

A pergunta se amplia, na medida em que Sartre mesmo propõe uma metodologia progressivo-regressiva, que no ambiente da psicanálise existencial visa reunir o que parece díspar: o particular e o universal, que cada homem e cada mulher é. A ontologia tem na *Crítica da Razão Dialética* seu desdobramento necessário, donde possa-se dizer que Sartre amplia a noção de situação até seu extremo, até comportar *toda* a história humana; isso requer, sabiamente, contornar as críticas de Foucault, direcionadas à noção geral que Sartre tem da história, mesmo que seja inegável que ambos apontem suas lentes para o presente.⁵ Caberia complementar, acrescentando que do presente Sartre visa o futuro, enquanto Foucault submeter-se-ia ao passado? Pois essa parece ser a melhor leitura quando se leva a fundo uma aproximação *pela diferença*, haja vista tamanho antagonismo que perpassa a noção de história, de sujeito na história e, ainda, do papel de homens e mulheres na escolha dos ‘destinos históricos’ do mundo entre os filósofos. Se

⁵ Sobre as questões aqui apontadas ver: BARROS, 2016 (*Sartre e a questão da memória: entre recordação e escolha*), e NORBERTO, 2022 (*Sartre e Foucault: reminiscências do presente*).

Foucault é herdeiro de Sartre ou aquele que colocou termo à *época existencialista*, é ainda uma questão sobre a mesa; mas, não há como negar, a seara é a mesma: “preocupação compartilhada com a dimensão ética deste empreendimento aparentemente epistêmico que é a filosofia da história” (FLYNN, 2005, int.). Duas filosofias da existência, não há dúvida; mas que pensam o mundo a partir de pontos severamente distintos: ou negar o sujeito (*dissolvê-lo* em seus ambientes) ou afirmá-lo de modo absoluto, inclusive como *liberdade* (ainda que situada). História, mais uma vez, contrapõe-se à memória, e somente a liberdade – é o que parece – poderia explicar o abismo ‘quase intransponível’ da ação individual quando dissolvida no curso da história local e, por consequência, ‘geral’.

Do mesmo modo, se no plano do debate sobre a filosofia da história Sartre mantém a defesa irrestrita da liberdade como princípio, o mesmo deverá ser aplicado à ciência: esse fenômeno humano também *histórico*. Soa estranho cobrar de Sartre, hoje, aspectos sobre o funcionamento orgânico do cérebro, que são conquistas recentes da ciência e que eram completamente ignoradas no tempo de sua filosofia (situação que, evidentemente, também se aplica a Merleau-Ponty); mais estranho parece não situar os intelectuais no debate de seu tempo.⁶ Ora, ainda que o objetivo final dessa empreitada seja tirar elementos críticos úteis para nosso tempo (presente), sabe-se desde já da necessidade de atualização e, quiçá, adaptação da teoria da memória em Sartre ao âmbito atual das descobertas científicas; e isso na medida exata em que seja importante para compreender o debate filosófico. Portanto, esse trabalho coloca-se distante da tese cientificista, que redonda sempre na retomada da questão medieval sobre o estatuto da memória, e de seu lugar no organismo humano (mesmo que seja ‘filosofia da mente’); afinal, estamos cientes de que a ciência – assim como todas as empresas humanas – é algo que brota da liberdade e inventividade situadas; e de modelos de ‘verificação da verdade’ e ‘comprovação de eficiência’ também situados. Poder-se-ia, mesmo, falar em *história da ciência*, o que revela nos termos o caráter secundário dessas investigações do âmbito da atitude natural quando contrastadas com a ontologia, ainda que fenomenológica.

⁶ O texto não está assinado, mas a página *Expositivo.com Estudos teológicos*, sob título ‘A tese de Sartre: somos livres em nossa mente?’, afirma coisas dessa ordem: “Os médicos começaram, enfim, a entender que a tese de Jean-Paul Sartre não se sustentava. O nosso Eu é livre para pensar, para organizar os dados da sua memória, mas, ao mesmo tempo, há fenômenos inconscientes, que até então não tinham sido estudados por outros teóricos, que produzem pensamentos sem a autorização do próprio Eu e que podem sabotá-lo, escravizá-lo, encarcerá-lo” (conf. site a seguir). Notável que sejam *médicos* aqueles que atentaram para a fragilidade da tese de Sartre sem, sequer, aparecer aqui o nome de um deles; mas essa ilação acaba repetindo Freud na afirmação do inconsciente, e já em EN encontram-se argumentos mais que suficientes para, do ponto de vista da liberdade, negar teorias dessa ordem. Ver PSICOLOGIAS, 2022 (*A tese de Sartre*).

Descartado o cientificismo, há ainda outros aspectos da obra de Sartre onde essa pergunta pode ser respondida: ele, além de filósofo, atuou como romancista e autor de peças de teatro; também aí, pode-se encontrar elementos elucidativos dessa questão. Afinal, *O muro* revive uma situação da Guerra Civil Espanhola, enquanto a trilogia *Os caminhos da liberdade* colocam o personagem principal, Mathieu, no *teatro da guerra estranha* que, em tão pouco tempo, tornou-se guerra de conquista e extermínio por parte dos nazistas e guerra total com a presença aliada (Holocausto e Bomba Atômica); ou o sombrio *Sequestrados de Altona*, que na contramão de *Entre quatro paredes*, usa o cenário do pós-guerra como a situação *infernal* vivida pela família Gerlach; ainda, *As mãos sujas* não se exime de exibir as entranhas da organização política quando tomada pela *fraternidade terror*; e a *Náusea*, livro lido por Bornheim como exercício da dúvida cartesiana no plano da ontologia fenomenológica, pode-se dizer que também revela *a crise da memória em Sartre*⁷ – aqui, evidentemente, voltando-se para a indivíduo, e não para a história como, de certo modo, fez Foucault. Chega-se assim ao tentador âmbito da linguagem que, repetindo a tentativa husserliana de *preencher adequadamente proposições inteiras*, transfere a questão para a relação *necessária* entre significante e significado.⁸ Mas cabe acrescentar: o em-si, ‘por-si-mesmo’, não comporta nenhum sentido; e essa é a orientação dessa pesquisa: o valor de verdade da ciência histórica está muito mais fundado em seu ‘método’ de que na ‘veracidade do material’ que, por mais evidente que seja, passará – necessariamente – pela ‘constituição de sentido’. Segue daí que, sendo si-mesmo (em-si), o passado é ‘nada’ de sentido, a menos que seja admitida a ‘camada constituinte’ daquilo de que é passado e adentra o presente porque ‘foi feito memória’ – usando, para isso, a metodologia científica.

A filosofia de Sartre é fenomenológica, donde as bases epistemológicas de sua ontologia estejam asseguradas pela fundamentação cunhada por Heidegger a partir de leituras bem específicas de Husserl, a ‘situação’: In-der-Welt-Sein, o ser-no-mundo que, pelas mãos de Sartre, faz-se ‘análise de condutas humanas’. Então, essa união específica pode revelar tanto o que somos (para-si) como o que são outros (para-outro) na intrincada relação consciência-mundo, permeada por ‘istos’, seres fenomênicos que revelam a

⁷ Conforme LACOSTE, *open edition*, 2022 (*La Nausée de Sartre ou la crise de la mémoire*).

⁸ Sartre mostra em sua filosofia que o envolvimento político (engajamento) não raro tem efeitos que são diferentes daqueles projetados, ponto que interessou sobremaneira a Derrida: “esses desvios de memória, sinais e assinaturas de um momento outrora enterrado que se ramificam politicamente de novo em diferentes contextos”, e que certamente abrem uma nova perspectiva da *memória*, In MIROVIC, 2022 (*Teoria e política: Derrida vs. Sartre*, artigo on line); ver ainda JUDANKEN, 2011 (*Sartre, multidirectional memory, and the holocaust in the age of decolonization*, artigo on line).

insuperável união do homem com o Ser (em-si); ou, o que pode significar o mesmo, a indissolubilidade e insuperabilidade inerentes ao existir humano (tautologia, pois somente humanos podem existir e existem) que, claro, somente pode se dar ‘no mundo’. Assim, o projeto originário da fenomenologia husserliana, descrever o *a priori* da correlação, transmuta-se em Sartre na descrição fenomenológica da situação mundano-concreta de homens e mulheres com ‘seu mundo’ e ‘consigo mesmos’: longe das noções de algum entendimento, que organizaria dados da sensibilidade, trata-se agora de um ser complexo (para-si) que se liga originariamente ao estofo de tudo que pode ser (em-si) sendo, ele mesmo, em total medida, tributário também do Ser, ‘devotado’ a ele sem, em hipótese alguma, poder ‘sê-lo’ definitivamente; mas o ser-em-si-para-si é, para todo o sempre, irrealizável. Deus não existe, nem poderia existir, isso é um fato e uma imposição lógica; mas homens e mulheres, esses existem, não como o Deus imaginado, que se retira *positivamente* do nada, mas trata-se agora de ‘criar-se presentemente a partir de escolhas livres’ que, no fundo, coincidem com o que se ‘é’ – mas fazê-lo a partir de um solo que já é humano e, portanto, prenhe de significados (memórias, enfim). Assim, em termos ontológicos, a descrição completa remete sempre ao atomismo entre para-sis (Ser-Para-Outro, o conflito) que se revela na ‘totalidade’ que se pode chamar de mundo; ou melhor, como o mundo se faz de para-sis, trata-se sempre de uma totalização em curso: jamais acabada, interminável (a ‘história’). E jamais começada?

Não. A filosofia da liberdade se ocupa, na medida do possível (e, possível aqui, significa os limites da fenomenologia), com a gênese dos fenômenos; claro, não se trata mais (como seria para o Husserl da *Ideias*) de, efetuada a redução fenomenológica, alcançar um plano transcendental de onde o *fenômeno* do conhecimento pudesse ser desvelado em seu *a priori*. A missão da fenomenologia é ampliada, na mesma medida em que seu *objeto*, o fenômeno, revela-se também fenômeno de ser homem e mulher no mundo: sua ligação *específica* é a base de todos os inícios e finais de *todos os mundos* (mundo feudal, mundo socialista, capitalista etc.); e ser homem ou mulher, na contrapartida, é ser partícipe e mantenedor daquilo que é o mundo, senhor ou escravo, proletário ou capitalista. A partilha, porém, dá-se num jogo intrincado entre vários sentidos do mundo (o real é ‘perspectivo’, mesmo que fundado no Ser) que preexistem ao indivíduo, e o sentido próprio que cada liberdade escolhe, mantém e ‘ensina’ aos demais: já não se trata do plano *pretensamente etéreo* da ontologia, onde Ser e Nada revelam-se como a *matéria do mundo*, mas de uma abordagem que – mantendo as conquistas ontológicas propiciadas pela fenomenologia – adentra o plano da História. A

memória vai revelar, então, seu aspecto mais contraditório: ser-no-mundo, livremente, dá-se sob o plano da mais terrível das alienações de cada tempo; e, não importando capacidades individuais, todos os homens e mulheres de todas as épocas foram vítimas de preconceitos (filósofo ‘racista’ no século XIX ou ‘nazista’ no século XX, p. ex.) de seu tempo; ademais, não custa lembrar, foram crianças. Assim, por inadequado que seja pensar a filosofia de Sartre como ‘sobrevoo’, cabe então dar conta dessa passagem da ontologia ao plano ôntico – e isso em perfeito acordo como as descrições do mundo, seja na sua gênese ontológica, seja na sua ‘confusão’ ôntica. Chega-se assim nos domínios da psicanálise existencial.

Somente uma escola partiu da mesma evidência originária que nós: a escola freudiana. Para Freud, como para nós, um ato não pode limitar-se a si mesmo: remete imediatamente a estruturas mais profundas. E a psicanálise é o método que permite explicitar tais estruturas. Freud indaga, como nós, em que condições é possível que tal pessoa em particular tenha executado tal ação em particular. E, como nós, nega-se a interpretar a ação pelo momento antecedente, ou seja, conceber um determinismo psíquico horizontal. O ato lhe parece *simbólico*, ou seja, parece traduzir um desejo mais profundo, o qual só pode ser interpretado a partir de uma determinação inicial da libido do sujeito. Só que Freud busca constituir um determinismo vertical (SARTRE, 2011, p. 565).

Primeiro, e sem indicar adversários, o filósofo se volta contra análises de fatos sociais a partir de uma relação causal (em que ‘fatos sociais gerariam fatos sociais’); e nada haveria de especial nessa crítica, já *antiga*, às concepções da história, não fosse o fato de que esse ‘erro metodológico’ revele, sem exceção, a *ambiguidade* dialética. E o antídoto desse mal, também de modo bastante previsível, deverá ser buscado na ‘ontologia fenomenológica’: ali está o contradito das expectativas da *razão histórica* que, porque também situada na história, não poderá senão enquadrar o mundo de *sua grade de verdades*, essa também situada historicamente; ou, conforme afirma Sartre, o fato histórico “é uma singularidade”, e é, também e necessariamente, “trabalho”. A liberdade (Ser-Para-si) é, assim, colocada no centro do ‘devir histórico’, o que anuncia a ética *por vir* como resultado e objetivo, que é gestado e concebido na situação presente.

É assim que, assevera Sartre, a história é feita *para o consumidor*; ou seja, uma figura histórica importante do Brasil, Tiradentes, depois de servir de exemplo numa punição humilhante (esquartejado e pendurado pelos caminhos), é feito herói nacional e patrono de uma força militar estatal, por exemplo: a história se refaz, e o conspirador e traidor torna-se herói. Ou, do mesmo modo, pode-se ainda encontrar quem ainda pense que a constituição do povo brasileiro se deu pela ‘união de raças’ (ou etnias), o que relega

às sombras toda a violência do extermínio de indígenas e a escravização de pessoas negras.⁹ Não há, assim, agente histórico em-si ou por si que faça a história, tanto como não há causalidade determinante e, nem mesmo, algo que se possa pensar como alguma lei, dialética que seja. Afinal,

Quer se trate das incursões de Hitler, de Napoleão através do mundo ou da invenção da máquina a vapor, um certo trabalho humano é indispensável. E este trabalho humano é a relação da generalidade generalizante que é o corpo com a generalidade sem memória da matéria. Aqui, o verdadeiro agente histórico deve se encarnar no geral, porque não se trata do geral sobre geral se fazendo a si mesmo geral. O trabalhador histórico é dotado de uma consciência geral (SARTRE, 1983, p. 44).

Parte integrante e preponderante no movimento da história é o trabalho humano, entendido como *indispensável* (mesmo que *incerto*); assim, trata-se de uma relação da ‘generalidade generalizante’ (corpo) com a generalidade ‘sem memória’ da matéria – e isso importa sobremaneira, pois tem consequências imediatas: dito isso parece claro que corpo é memória, e ele leva consigo a generalidade da situação histórica num processo contínuo de encarnação dessa generalização (homem ‘de seu tempo’, classe etc.) via escolhas situadas. E isso, mesmo que não invalide as análises advindas de uma ‘psicologia de separação’ – aquela em que o investigador, por um processo de ‘alienação voluntária’, coloca-se ‘de fora’ do fato social que investiga –, deixa transparecer a condição do trabalhador (todes!): cada um e cada uma são, a seu modo e de sua situação, mediadores entre a generalidade (universalidade) da matéria e a singularidade da ideia; e isso, importa dizer, ao excluir a causalidade (‘causa’ da ambiguidade dialética), leva a investigação para a noção acima aventada do ‘corpo-memorial’. Essa mesma questão, todavia, aparece na ontologia fenomenológica como investigação sobre o ‘ser do passado’, que remete – já ali – à questão da temporalidade; ou seja, se toda “teoria sobre a memória encerra uma pressuposição sobre o ser do passado”, são essas pressuposições que, porque “nunca elucidadas, obscureceram o problema da memória e da temporalidade em geral. É preciso, então, (...) colocar a pergunta: qual é o *ser* de um ser passado?” (SARTRE, 2011, p. 159).

O corpo, essa generalidade generalizada, deverá fazer coincidir memória e situação sendo, em todas as acepções possíveis, corpo *passado* (ser-passado); ao mesmo tempo, é corpo sempre renovado que se mantém no presente e, longe das concepções

⁹ “A História é feita para o consumidor. Sem dúvida, a classe dos mestres e a dos escravos estão elas teoricamente *em luta*. Mas praticamente essa luta não faz a história da Idade Média. É um estado, de fato, *no presente* que se traduziu de um tempo para outro numa insurreição no presente (sem memória: a precedente não aprende nada – sem futuro: nenhum plano, nenhuma tática)”, in SARTRE, 1983 (grifos no original), p. 83. Sobre a Inconfidência Mineira, ver CHIAVENATO, 2000; sobre formação do povo brasileiro ver RIBEIRO, 1995.

vagas pelas quais oscila o senso comum, a questão não se resolveria com alguma incursão psicológica (revela contextos *sociais* da memória); ao contrário, Sartre recusa essa afirmação absoluta do presente e, via ontologia, pretende descrever o ser-homem-passado ou, em termos não hifenizados, mostrar a relação originária entre presente e passado com vistas à afirmação mundano-concreta desse ser-passado. É assim que o embate de Sartre mira Bergson, passa por Descartes e desemboca em Husserl: nem instantaneísmo, nem duração nem retenção seriam capazes dessa tarefa. Nem mesmo caberia arriscar-se com teses científicas ou psicológicas, afinal o passado *é para o presente*, mas *existe lá atrás* como seu passado, ou seja, “só têm passado os seres de tal ordem que, em seu ser, está em questão seu ser passado, seres que *têm-de-ser* seu passado. Tais observações nos permitem negar *a priori* o passado ao Em-si” (SARTRE, 2011, p. 166).

A história é humana, por certo, e nisso nenhum filósofo ou historiador diverge; Sartre idem. Mas, ao que parece, assim como Kant e Copérnico promoveram revoluções, Sartre revoluciona a compreensão de história ao revelar quanto de memória – mesmo que aferida cientificamente – ainda está presente no pretense ‘fato histórico verdadeiro’; isso não parece promissor, senão quando visto em sua contrapartida: é da liberdade (presente) que se cria o sentido (fundamento) da opressão (passado). Portanto, também ‘à mão’ está a chave da história; cabe lamentar que ela abra uma porta tão minúscula, num corredor que comporta atualmente outras sete bilhões de portinholas. A ‘tentação da totalidade’ se apresenta mais uma vez, e a ‘vontade de verdade’ indica o caminho: homens e mulheres podem ser visados ‘em grupos’ – pensam igual, agem da mesma maneira, e respondem de modo semelhante a determinadas provocações; técnicas ‘científicas’ (atualmente programáveis em algoritmos) de controle social, tanto em sua pasmeira quando no momento da ‘ação’. Então, a liberdade pode ser fascinada e, assim, levada a escolher ‘em bloco’ aquilo que lhe foi previamente (com ajuda de IA) preparado; ora, mesmo ‘teleguiada’, ainda será a liberdade a escravizar-se. E, como tal, também somente ela poderá – se for o caso – libertar-se; entra-se assim no âmbito da normatividade, mas com isso o texto avança para além do desejado para o momento.

Enfim, a história é permeada por movimentos ideológicos, donde seja natural falar-se em história da ideologia ou, conforme prática insuspeita das ciências humanas, promover ‘recortes’ e encadeamentos parciais – afinal, o fato histórico é uma singularidade; mesmo assim o trabalho humano é indispensável. Evidente que não se trata aqui da mera atividade posterior, do ‘escritor’, de narrar o fato, suas nuances e discrepâncias; o ‘verdadeiro agente histórico’ faz-se a si mesmo ‘geral’, ou seja, medeia

a singularidade de sua situação e a situação em geral (História); ora, mas o que seria uma ‘consciência geral’? Sartre responde:

É uma consciência que se absorve no corpo, como o corpo necessita que faça existir na sua generalidade as relações mais simples de ser-no-mundo: fome, fadiga, justiça, injustiça etc. É a consciência do soldado, do pequeno burguês, do proletário cansado (o trabalho embrutecedor, generaliza-se, é também o que acontece com o respeito ou a fome). São eles que consomem uma incrível energia humana para cumprir o trabalho histórico, quer dizer, para inserir a História na matéria, sob forma de esquemas gerais (SARTRE, 1983, p. 44).

É daí, portanto, que se deve partir, da ‘consciência absorvida no corpo’, ou, noutras palavras, da memória enquanto corporeidade; isso leva, sem dúvida, ao âmbito do em-si, o ‘isto histórico’ que também – como *analogon* – absorve a consciência, fazendo-a submergir nalgum sentido mundano passado: a senzala, a escravização de negros e sua tortura, presente nos objetos de memória que comporão, na medida da ‘livre escolha por sua manutenção ou esquecimento’ (questão política), o rol dos objetos dignos de figurar num museu, ou – noutros termos – de serem guardados e preservados para visitaçãofutura.¹⁰ Estranha (e necessária) a prática humana de guardar ‘provas materiais’ (atualmente, audiovisuais) de seu passado no presente; ainda mais estranha a medida utilizada para escrutinar a diferença entre um ‘objeto velho’, outro ‘antigo’, e aquele considerado ‘histórico’: a camada constituinte do sentido do objeto, enfim, reveste-se de um verniz muito próprio (memória), fazendo do homem contemporâneo o imbecil que ocupa seu presente ‘vendo o passado’ que lhe é oferecido? Ou lhe permite ser aquele sábio, que preserva sua história em vista de não repetir os mesmos erros? De fato: se deixar à cargo do Espírito Absoluto, e sua completa falta de memória, a história andaria em círculos de ciclos de repetição; se continuar aferida por alguma ‘mão invisível’ (punho cerrado em riste, seria mais adequado), como os insuspeitos, *impessoais* e intragáveis ‘interesses *de mercado*’, a história vai permanecer colecionando a memória do fracasso humano; e, caso entregue-se a história aos caprichos das ‘leis dialéticas’, será bom eleger logo um juiz e estabelecer um sistema prisional e o meirinho para ‘fazer cumprir certa lei’ que, historicamente, revelou-se muito mais ‘desejo’ que ‘ciência’. A questão é ampla, diversa e complexa; e está, a meu ver, aberta.

¹⁰ Não foram preservados, por exemplo, os locais de memória da tortura promovida no período da Ditadura Militar no Brasil (DOPs, DOI-codi etc.), assim como optou-se por demolir o presídio ‘histórico’ do Carandiru; de outro lado ainda se pode encontrar em cidades históricas ‘trancos públicos’ de tortura dos brasileiros escravizados até o século XIX (Alcântara, MA e Ouro Preto, MG p. ex.) e, mesmo, amiúde encontra-se fazendas que ainda guardam suas senzalas além de variado material de tortura ‘legal’ e ‘legítima’ dessas pessoas escravizadas em razão de sua etnia. Sobre lugares de memória da Ditadura Militar no Brasil, ver ESTEVEZ & ALMEIDA, 2021.

Justificativa/relevância

Esse tópico remete, a meu ver, a dois aspectos inseparáveis do trabalho intelectual: as condições práticas que permitem a elaboração de razões teóricas (ou teórico-práticas, haja vista que o resultado da pesquisa visa lançar luzes sobre a ‘presença’ da memória na contemporaneidade); ou, no caminho inverso, enumerar as razões intelectuais que serão, no fim, a justificativa para o afastamento. Assim, visando condições materiais, lembro que as atividades docentes, sobretudo o ensino, concorrem diretamente com a pesquisa; desse modo, o afastamento faz-se necessário porque se trata de uma investigação mais longa e elaborada, o que requer um volume de leitura e redação incompatíveis de concorrer com o tempo demandado para a preparação de aulas (disciplinas díspares), reuniões de grupos de Pesquisa (assunto pontual, linear), atenção a bolsistas e orientandos etc., além, claro, das demandas institucionais. Pois, ao contrário do anedótico ‘ócio produtivo’, o fato é que o rigor da pesquisa demanda tempo e dedicação ‘exclusivos’ que permitam um trabalho ‘contínuo’ (leituras, análise, ampliação temática, redação, revisão, submissão, divulgação etc.).

Ainda, visando o aspecto ‘prático’ dessa proposta, porque faço parte do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFJF, isso exige – dentre outras – a produção e publicação de artigos de filosofia em revistas especializadas: será o momento propício para levar adiante leituras que permitam redigir textos inéditos, que resultem de um trabalho dedicado exclusivamente pesquisa sobre ‘memória em Sartre’, conforme fiz em 2016, que resultou num livro sobre ‘negação da infância e o homem infantilizado’ (publicado em 2018, pesquisando daquela feita a ‘liberdade situada’). Dessa vez pretendo elaborar algo diferente: desenvolver partes específicas dessa problemática em textos que – embora independentes – tenham a mesma questão de fundo, qual seja, a memória na sua relação com a história, com a corporeidade, com os istos, com a situação e, em especial, com a ‘liberdade’. Essa oportunidade de imersão exclusiva numa questão (memória) vai propiciar, além de novos contatos que podem ser úteis para enriquecer nosso PPG-Filosofia (e contribuir com o ensino de graduação, claro), o tempo necessário para desenvolvê-la em toda sua extensão: além de textos ‘adicionais’, trata-se de trabalhar duas obras de peso da primeira fase do pensamento sartriano, a saber, *O Ser e o Nada* (1943) e *Cadernos para uma Moral* (1983) a partir de uma questão específica; e isso leva ao segundo plano da justificativa, aquele que visa razões *teóricas*.

A filosofia de Sartre visa a liberdade, isso é consensual; e também parece sem risco dizer que, embora tenha havido um tempo em que sua filosofia foi excluída do debate histórico-político-social, nos dias de hoje suas teses têm sido retomadas. E isso não repete o ‘modismo’ que foi no início do século (2005, ocasião do centenário de nascimento do autor, p. ex.) quando, não importando o que se escrevia, falou-se sobre Sartre. Desde aí, e já se vão quase duas décadas, o pensamento sartriano parece enfim ter superado suas amarras iniciais: a acusação, criada por Merleau-Ponty e repetida à exaustão tanto por filósofos sérios e por alguns pretensos intelectuais, de que a filosofia da liberdade redundava em ‘sobrevoo’; ou, porque ‘parte de noções absolutas de Ser e de Nada’, Sartre não teria ido além da ‘nega-intuição do Nada’, e – ainda que isso ‘resolva problemas de teoria do conhecimento’ – não passaria de ‘jogo de palavras’, incapaz de dar conta de ‘agregações humanas’ e, portanto, inútil para entender ou problematizar a história e/ou realidade humanas. Claro, em paralelo a isso, era comum afirmar que Sartre teria ‘se convertido’ ao Marxismo, o que – em teoria – exigiria ‘abandonar’ as teses de *O Ser e o Nada*; e o remendo, *Crítica da Razão Dialética*, soaria pior que o soneto.

Mas isso já é passado. Tanto no âmbito da psicologia, com trabalhos que visam a psicanálise existencial, como naquele da literatura, que ainda revive a arte como alternativa de mudança social, ou do teatro que recupera obras verdadeiramente questionadoras, nota-se nos dias de hoje a forte e renovada presença do filósofo; e, ainda, cada vez mais as teses da liberdade de Sartre aparecem como a chave de leitura ‘mais própria’ para entender o ‘fenômeno humano’ – seja cultural, político ou ‘pessoal’ – em sua ‘situação contemporânea’. E isso com a manutenção, sem ressalvas, das teses de *EN*: homem e mulher são liberdades que se movem na ‘superfície’ do Ser, lugar próprio de constituição do ‘mundo’; livres, primeiro porque nenhuma determinação de nenhuma ordem define o projeto de ser de cada um, mas livres sobretudo porque também do âmbito do Em-Si não advém nenhuma determinação, sendo o mundo humano resultado da ‘absoluta liberdade’ que perfaz ser-homem-ou-mulher-no-mundo. E isso, é claro, não poderia ser feito senão no âmbito da História.

Todo respeito aos ‘especialistas’: o antropólogo fala do homem e sua cultura, o historiador dele e sua história etc., que seja; mas é nesse terreno, e apenas nele, que a doutrina da liberdade de Sartre pode fazer sentido. E, assim, propiciar uma nova chave de compreensão do fenômeno histórico a partir de seu agente mais importante (e único): homens e mulheres, enquanto ‘liberdades’. E isso leva diretamente ao miolo da problemática aqui anunciada: a memória, e suas ‘relações com a história’. Esse assunto

aparece esporadicamente nalguns comentários recentes, mas nota-se a necessidade de aprofundar essa questão: além de indicar a evidente contradição entre memórias e o fato passado, trata-se de aprofundar essa noção em relação à corporeidade, efetivo ‘lugar’ da memória e, ainda, sua relação ‘direta’ com os ‘objetos de memória’. Esse parece ser um campo promissor de investigação da filosofia da liberdade, visto a memória unificar de modo evidente tanto as ‘relações com os outros’ (algo que foi decretado impossível) e o ‘fio’ da história, como a ‘corporeidade’ (situação) com ‘o passado’. Ainda, abre-se assim a possibilidade de averiguar o ‘estatuto’ do passado, esse ‘em-si’ que se presentifica mantendo sua preteridade; ou esse ‘para-si’, que arrasta em seu ser aquilo que foi sem poder, jamais, abandonar ‘seu passado’ de modo definitivo. Isso certamente vai levar, com proveito, a alguma resposta plausível para o enigma: como podem homens e mulheres fazerem a história e não se reconhecerem nela? E isso já justifica, a meu ver, a empreitada.

Objetivos

Geral: investigar a noção de Memória em Sartre, nas acepções que elas são apresentadas em sua obra (Passado, Memória e Museu), a fim de explorar toda a complexidade dessa noção quando confrontada com a História, com a corporeidade e com os ‘objetos de memória’.

Específicos

- investigar a noção de memória em *EN*: narrativa e história (situação);
- mostrar a ampliação dessa temática nos *Cahiers*: história e memória (mundo prático);
- problematizar a noção de ‘verdade’ histórica e ‘verdade’ memorável;
- indicar os limites ‘práticos’ da história ante a memória situada (sentido da história);
- retomar a noção de corporeidade de *EN* e suas implicações relativas à memória;
- ampliar a questão corporeidade-memória a partir dos *Cahiers* (‘lugar’ do passado);
- averiguar o paradoxo da história memorável ante a memória ‘esquecida’;
- entender essa noção em sua complexidade existencial e ‘material’ (*museu*);
- explorar a questão da memória em sua ‘encarnação’ (*Ethos, habitus*);
- retomar a questão da ‘materialidade da memória’ (istos, em-si) em *EN*;
- analisar a ampliação dessa questão no plano histórico dos *Cahiers* (objetos);
- desenvolver o paradoxo de ‘homens que fazem a história e não se reconhecem nela’;
- concluir a investigação.

Metodologia

Análise de textos filosóficos de Sartre e de comentários pertinentes ao tema; ou seja, trata-se de uma pesquisa investigativa, fundada na filosofia da liberdade de Sartre

(todos os textos), em especial duas grandes obras: *O Ser e o Nada* e *Cadernos para uma Moral*. Os temas transversais, Psicanálise Existencial, Literatura, Escolha Original, Ética do Porvir e Ontologia da Liberdade, serão trabalhados em paralelo com a questão principal.

Resultados esperados

- submeter para publicação 3 artigos sendo, 1) sobre a relação história e memória, 2) sobre memória e corporeidade, 3) sobre objeto e memória;
- apresentar e discutir o andamento da pesquisa na UFSCar em dois momentos, cada um deles parte de um minicurso sobre a temática (40h);
- organizar uma Revista com a temática da filosofia de Sartre;
- organizar um Evento para discutir a temática da filosofia da liberdade;
- participar do Encontro do GT de Filosofia Francesa Contemporânea, ocasião para colocar à prova, num meio especializado, os resultados parciais da pesquisa;
- redigir material adicional para futuros trabalhos (artigos).

Cronograma

Início: 3 de agosto 2023

Término: 2 de agosto de 2024

2023

Junho e Julho¹¹

*Publicação 1, artigo: até 15 de junho, submissão para Dossiê Liberdade, revista *Ética@*;

*Publicação 2: capítulo de livro comemorativo dos 80 anos de EN, organizado por Thaís Oliveira, Fabrício Pizelli e Alan Savignano (resumo para abril, expandido para maio, texto definitivo para 28 de julho);

*Organização de Edição Revista *Argumentos* (UECE), em parceria com Carlos Carvalho (para 1 jan. 2024): os e-mails convite foram enviados dia 13 de fevereiro; a data limite para receber artigos é agosto.

Agosto

- receber, organizar, ler artigos para ‘Edição da *Argumentos Revista de Filosofia*’ (para janeiro de 2024);

- organizar Evento: ‘Segundo Colóquio Sartre-Nietzsche além do tempo’, dessa feita com a temática ‘moral e memória’ (on line, 23, 24 e 25 de agosto);

- redigir artigo para *Revista Argumentos* (publicação 3, entrega até o final do mês).

Setembro

- estudos iniciais: retomar a literatura especializada sobre o assunto;

- preparar e ministrar minicurso na UFSCar.¹²

- avançar no trabalho com a obra principal, *Cahiers*, e rever aspectos de *EN*.

¹¹ Em razão de prazos alheios algumas atividades ligadas ao Estágio de Pós-Doutoramento serão colocadas em prática antes do início de sua vigência: a primeira produção (artigo sobre História e Memória), um trabalho adicional (capítulo de livro) e duas atividades de organização (Evento Nietzsche e Sartre e Organização de Edição de uma Revista comemorativa dos 80 anos de *EN*).

¹² O curso terá um total de 40h, e será dividido em duas partes, a serem ministradas em set/23 e jun/24, conf. plano do curso (anexo).

Outubro

- leituras adicionais: desenvolver a dicotomia história-memória;
- iniciar leituras para confecção de artigo (publicação 4, memória e corporeidade);
- participar do Encontro do Gt de Filosofia Francesa Contemporânea (UFU, data a confirmar).

Novembro

- leituras adicionais: *Cahiers* e *EN*;
- desenvolver o aspecto ‘material’ da memória (passado, a ‘corporeidade histórica’);

Dezembro

- concluir organização de Revista Argumentos (comemorativo dos 80 anos de *EN*);
- Recesso.

2024

Janeiro

- retomada das leituras adicionais: início do trabalho específico sobre corporeidade;
- redigir artigo sobre ‘Memória e Corporeidade’ (publicação 4).

Fevereiro

- leituras adicionais: desenvolver a problemática da corporeidade e os ‘istos’;
- revisar-adequar artigo (publicação 4).

Março

- leituras adicionais: desenvolver a problemática da ‘memória situada’;
- submeter artigo (publicação 4).

Abril

- leituras visando o ‘ser-memória-situada’, desde *EN* até a alternativa dos *Cahiers*;
- iniciar redação de artigo (publicação 5).

Mai

- leituras adicionais;
- preparar terceira parte do minicurso para a UFSCar;
- recesso.

Junho

- recesso;
- leituras adicionais: estudo da temática memória-objeto (objetificação da memória, *Cahiers* e *EN*, ‘museu’);
- redigir artigo (publicação 5, objeto e memória);
- ministrar terceira parte do minicurso na UFSCar.

Julho

- concluir, revisar e submeter artigo (pub. 5);
- elaborar relatório final do estágio de pós-doutorado (trâmites).

Agosto, dia 2, encerramento do projeto.

Bibliografia Inicial

- BARROS, M. V. M. *Sartre e a questão da memória: entre recordação e escolha*. Revista Contextura. V. 8, n. 9 (2016). Disp.: [Sartre e a questão da memória: entre a recordação e a escolha | ConTextura \(ufmg.br\)](#); consulta 29 set. 22.
- CARONE, E. *A Primeira República (1889-1930): texto e contexto*. São Paulo: Difel, 1969.
- CHIAVENATO, J. J. *Inconfidência Mineira - As Várias Faces*. São Paulo: Contexto, 2000.
- ESTEVEZ, A. M. & ALMEIDA, P. C. *Lugares de memória da ditadura*. 2021. Disp. em: [SciELO - Brasil - Lugares de memória da ditadura: disputas e agenciamentos nos processos de construção do 1o BIB Barra Mansa \(Rio de Janeiro\) e da Casa Marighella - Salvador \(Bahia\) Lugares de memória da ditadura: disputas e agenciamentos nos processos de construção do 1o BIB Barra Mansa \(Rio de Janeiro\) e da Casa Marighella - Salvador \(Bahia\)](#); consulta 26 de abril 2023.
- FICO, C. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Revista Brasileira de História 24(47) – 2004. Disp. em: [SciELO - Brasil - Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar](#); Consulta: 24/03/23.
- FLYNN, T. *Sartre, Foucault and Historical Reason. Vol. 2: A Poststructuralist Mapping of History*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- JANOTTI, M. de L. M. *Sociedade e política na Primeira República*. São Paulo: Atual, 1999.
- JUDANKEN, J. *Sartre, multidirectional memory, and the holocaust in the age of decolonization*. In [modern intellectual history](#), volume 8, issue 2, august 2011. disp.: [sartre, multidirectional memory, and the holocaust in the age of decolonization | modern intellectual history | cambridge core](#); consulta: 4 mai. 22.
- LACOSTE, F. *La Nausée de Sartre ou la crise de la mémoire*. Université Michel de Montaigne, Bordeaux 3. Disp. : [Le Temps de la mémoire II : soi et les autres - La Nausée de Sartre ou la crise de la mémoire - Presses Universitaires de Bordeaux \(openedition.org\)](#); consulta : 14 abril 22.
- MARX, K. *Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia política*, 1859 (São Paulo, Ed. Sociais). Disp. em: [DES0126-2019: Marx. Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política \(usp.br\)](#); consulta 26 de abril de 2023.
- MIROVIC, M. *Teoria e política: Derrida vs. Sartre*. Revista Ekstasis, v. 11, n. 1 (2022). Disp.: [Teoria e política: Derrida vs. Sartre | Milovic \(in memoriam\) | Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia \(uerj.br\)](#); consulta: 28 set. 22.
- NORBERTO, M. S. *Sartre e Foucault: reminiscências do presente*. Revista O que nos faz pensar, PUC-Rio. Disp.: [OQNFP 31 7 marcelo s noberto.pdf \(puc-rio.br\)](#); consulta 16 set. 22.
- ORWELL, G. 1984. Trad. Bruno C. Mattos. São Paulo: Buzz ed., 2021.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 e 1996.
- PSICOLOGIAS, sem autor. *A tese de Sartre*. Disp.: [A Tese de Sartre - Psicologias Textos \(google.com\)](#); consulta 11 jun. 22.
- SAND, S. *A complexa gênese do povo judeu*. Le Monde Diplomatique Brasil, set. 2008. Disp. em: [A complexa gênese do povo judeu - Le Monde Diplomatique](#) ; Consulta: 22/03/23.
- SARTRE, J-P. (1983). *Cahiers pour une morale*. Paris : Gallimard.
- SARTRE, J-P. (1943-2011). *L' Être et le Néant – Essai d' ontologie phénoménologique*. Paris : Gallimard, 1943.